

# CARTA PARA RITA: DIÁLOGOS SOBRE A SEPARAÇÃO DE BEBÊS E SUAS MÃES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

*Luiza Ferreira*

*Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu.*  
(Evaristo, 2016, p. 43)

## INTRODUÇÃO: PRIMEIRO ENCONTRO (EM SUA POTÊNCIA) COM UMA BEBÊ – 2014

Rita, por onde você estará hoje? Começo essa carta com um trechinho da Conceição Evaristo, e isso não é à toa! Conceição é mulher negra e escritora nascida em Minas Gerais, reconhecida no mundo todo por contar, entre invenção e realidade, a experiência das mulheres negras, e também de suas filhas e filhos, de um jeito único – coletivizando aquilo que pode parecer particular. A escrita, aliada à imaginação, nos dá a liberdade de escrever em tempos que escapam o cronológico e, por isso, nas páginas que se seguem eu brinco com a possibilidade de escrever pra você já adulta, mas imaginando que você é uma adolescente que entenderá algumas reflexões que brotaram em mim quando te conheci, ainda bebê. Se tem uma coisa que a literatura nos ensina, e também os bebês e as crianças, é

a experimentar um outro tempo, coisa que nós, adultos, às vezes desaprendemos pela supremacia desse tempo de relógio que regula nossa vida.

Esse nome fictício – Rita – empresto da minha tia-avó, uma mulher que já passou por poucas e nem tão boas assim. Ostenta sorriso largo e chora mais que a cachoeira das noivas de Nova Friburgo (RJ). Parecida com essa tia era minha professora que me supervisionava no estágio em Psicologia e práticas educacionais num Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes quando te conheci. Ah, SAICA (ou abrigo, ou Serviço de Acolhimento Institucional) não é orfanato, é casa, e teve toda uma luta pra gente conquistar isso, que é conquista não cem por cento conquistada (aliás, nem existe coisa cem por cento conquistada; acontece que a vida é movimento e, quando se conquista algo, as relações mudam de novo e a luta deve seguir).

Só você vai poder dizer se o abrigo em que você morou se fez casa. Na época, você tinha um mês; recém-chegada no abrigo, passara seus primeiros trinta dias no hospital. Não sabíamos muito bem quanto tempo você tinha ficado com aquela que, nos relatórios do hospital, era chamada de “genitora”. Bem, isso já faz seis anos e, de lá para cá, muita água correu. Pude trabalhar em parcerias com muitos SAICAs e conhecer muitas realidades a partir da singularidade que é cada serviço. Eis que estou de novo compondo com o trabalho de um Serviço de Acolhimento Institucional, do outro lado da cidade, no acompanhamento de outra bebê. Me lembrei de lágrimas e de cachoeiras também por conta desse momento que a gente tem vivido de pandemia do nem tão novo Covid-19; o que (não) temos feito é chorado pelas mais de 200 mil mortes matadas (e não morridas) por essa política de Estado. Está difícil escrever sem falar disso que faz o pensamento transbordar.

Também me lembrei de você porque as lágrimas não são sempre só de águas sofridas; elas, como as da minha antiga supervisora e as da tia de Rita, descem também para dizer da alegria quando um encontro se dá. No caso, entre eu, adulta, e você, bebê. Nos primeiros dias quando você chegou no Serviço de Acolhimento, só chorava e recusava a mamadeira. As educadoras trocavam a maior ideia com você, te explicavam porque estava lá. Em uma troca de plantão, pediram para que eu ficasse no berçário. Pouco tempo depois, você se pôs a chorar. Te peguei com cuidado no seu bercinho, que já tinha seu nome escrito em um adesivo, ao lado de outros dez berços. Seu corpo vibrava de tensão e você se fez um gato ouriçado; expirei o ar de dentro do meu corpo na tentativa de mostrar-me desarmada e me fazer cenário para você se aninhar. Te chamei pelo seu nome, falei que você deveria estar assustada – realmente, que estranho deve ser chegar em um ambiente e em um colo tão novo, tão cheio de gente estranha.

Você abriu os olhos, agarrou meu casaco e parou de chorar depois de alguns minutos de berreiro. Lembrei de dizer meu nome, me apresentei; seu corpo se desarmou e você mamou meia mamadeira (depois de eu ter colocado o bico errado – a educadora que chegou riu muito da minha falta de experiência), arrotou e caiu no sono. E o medo de te colocar no berço e você acordar? Já dormindo, te senti se acalmando, como se você tivesse se esparramando mais pelo meu corpo que te segurava, com a respiração mais espaçada (sabe quando a gente chora muito e dá umas suspiradas enquanto o corpo vai amolecendo?). Depois de alguns minutos, já dormindo, sua mão soltou meu casaco. *Aí, sim, você relaxou.*

O encontro com você me tocou. Na supervisão, a professora ficou com os olhos marejados (ela era muito sensível à vida dos bebês). Guardo muito carinho por ela<sup>34</sup> e por uma outra professora,<sup>35</sup> ambas me fizeram pensar, por caminhos diferentes, sobre o lugar que os bebês ocupam na sociedade e, mais especificamente, na agenda política para as infâncias. Só para você ter uma ideia, ninguém do grupo de supervisão queria fazer esse estágio. Na nossa cabeça, o trabalho com bebês era muito restrito à dimensão do cuidar, e isso não soava muito atrativo para as(os) quase psicólogas(os) que éramos. Escolhi o estágio porque já tinha sido voluntária em um Serviço de Acolhimento Institucional e o trabalho com histórias de vida preconizado nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (Brasil, 2009) me interessava. Também porque passara os últimos anos da graduação mergulhada na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica, um tanto desligada das lutas voltadas para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como se não se tratasse da mesma luta. Foi no encontro com você que meu pensamento mudou de rumo.

Essa posição das estudantes (erámos sempre maioria de mulheres) de não considerar que um estágio com bebês fosse digno de último ano de formação denunciava certa psicologia e certa concepção de cuidar que inferioriza o que nossas colegas da educação têm tanto afirmado sobre o entrelaçamento entre o educar e o cuidar quando falamos de bebês e de crianças pequenas. E olha que o cuidar é questão fundamental para a psicologia! Queríamos estagiar em educação, com infância(s), mas nessa categoria não cabiam os bebês. Há produções teóricas ocidentais que endossam o lugar do bebê como “competente, (...) como futuro trabalhador” (Rosemberg, 2015, p. 67), escreveu uma das professoras de que te

---

<sup>34</sup> O nome dela é Isabel da Silva Kahn Marin.

<sup>35</sup> Refiro-me a Fúlvia Rosemberg; vale a pena “dar um Google” pra você encontrar os textos dela!

falei. Seu devir se torna porvir. É como se importasse apenas o adulto que virá, como se ele não viesse desse bebê que hoje chora assustado.

A palavra “infância”, no singular, cai em um universalismo que não faz caber os bebês. Talvez porque nós, adultos, tendemos a não prestar atenção às relações de poder baseadas na idade, Rita. E não estou falando que crianças mais velhas e adolescentes estão bem na fita, não! A infância e a adolescência de pessoas que vieram de lugares parecidos com aquele de onde você veio ganharam visibilidade pública associadas ao desvio, à violência e à pobreza. Acontece que um dos jeitos de reproduzir e manter o racismo e as desigualdades etárias é a partir de políticas universalistas. Me explico: a gente fala “infância” e ficam de fora as infâncias negras, ficam de fora os bebês, ficam de fora as crianças com deficiência. Na educação básica, as profissionais mais desvalorizadas e, logo, com menos formação, são aquelas que trabalham com a primeiríssima infância, referente aos(as) pequenos(as) de 0 a 3 anos – são esses(as) também os(as) que menos acessam a educação pública (Rosemberg, 2014) –; sabemos da falta de vagas em creches e de como isso é um problemão pras famílias, sobretudo as da classe trabalhadora. Outros exemplos: a gente faz uma política bem progressista de saúde mental, mas deixa de fora a saúde mental da população negra. A gente faz a política de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>36</sup> e não fala das crianças. Escrevo “a gente” pra sinalizar meu lugar hegemônico como adulta – quando silenciemos a experiência das infâncias – e como branca – quando silenciemos as contribuições da negritude quando algumas lutas viram política pública. Quem traz esse debate no contexto da luta antimanicomial é a assistente social Rachel Gouveia (2018), que defende a racialização da própria história como negativa ao mito da democracia racial que abafa a existência do racismo e faz muitos acreditarem que não importa a cor da pele, como se a miscigenação tivesse sido harmônica, e não fruto do estupro como engrenagem fundamental para o processo contínuo de colonização.

No Serviço de Acolhimento em que você morou, a equipe se preocupava com os bebês “que não davam trabalho”, que pouco choravam e quase nada convocavam da(o) outra(o), tristes em seus bercinhos. Não deixavam passar batido quem estivesse amoadinho em seu berço, sem demandar tanto trabalho como os que choravam alto. Essa sensibilidade era uma conquista daquela equipe, porque muitas vezes os bebês mais quietinhos passam despercebidos e não nos atentamos para o sofrimento deles.

---

<sup>36</sup> A Política Nacional de Humanização (PNH) foi lançada em 2003 e tem como objetivo colocar em prática, dentro do cotidiano dos serviços de saúde, os princípios do SUS.

Por que será que anulamos a possibilidade do encontro com as pessoas recém-nascidas? Levanto algumas hipóteses: bebês são puro corpo, que choram, riem e comem sem dizer em palavras a razão das coisas; já nós, adultos ocidentais, passamos por um processo no qual o corpo é completamente dissociado da mente, da razão e do espírito. O fato de a comunicação de vocês ser completamente diferente é um ponto importante, porque nós – adultos ocidentais – temos asco dos fluidos dos bebês (xixi, cocô, baba e catarro) (Rosemberg, 2015).

Essa impossibilidade ou dificuldade do encontro entre pessoas em diferentes idades diz de um modo de pensar que, se tivesse uma forma, seria a de um rio com margens que foram afuniladas para ficarem retinhas e darem espaço para as pistas de trens, caminhões e carros. Nesse modo de pensar, representado pelo rio afunilado, a gente poderia imaginar também que ele tem só uma nascente e uma foz. As afluentes que constituem o rio são ignoradas por esse pensar, com o objetivo de facilitar o caminho linear, também conhecido por sua lógica de causa e efeito – da nascente à foz. O problema dessa imagem não é, necessariamente, a construção das pistas; aliás, elas são fundamentais! O problema é achar que o rio é naturalmente assim: reto, sem a mata ciliar. Isso é desconsiderar o fluxo de água que se soma dos afluentes. É, sobretudo, achar que a única forma de construir pistas é transformando o rio numa linha reta, desconsiderando o saber de pessoas e dos outros seres que conhecem bem o movimento do rio e a flexibilidade curva – ou circular – do seu contorno, que faz caber a força da água e o encontro dela com a terra que antes se fazia margem. O pensamento-rio-afunilado fixa o rio nos seus dois pontos – nascente e foz – e pouco permite seu movimento. O que transborda vira enchente. Perdemos, nesse modo de pensar, a força do rio em si (Bergson, 2005).<sup>37</sup>

Tento explicar, Rita, que nossos modos de sentir, de pensar e de agir são construídos no tempo e no espaço. Eles têm história. E tem história também o pensamento que diz que “as coisas são assim”, “bebês são assim”. A questão não é dizer que está errado simplesmente, mas que a gente possa se perguntar: qual tipo de organização está em jogo quando retificamos um rio ou quando construímos uma cidade a partir da premissa de que os bebês devem se restringir ao espaço privado? Ao espaço a eles inventado? Que tipo de relações de força produzem o

---

<sup>37</sup> Essa imagem do rio me veio depois de ler o texto de Bergson, H., *As direções divergentes da evolução da vida*. Torpor, inteligência, instinto. In: *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

fato de bebês ganharem pouca visibilidade no debate público (Deleuze & Guattari, 2014)?<sup>38</sup>

O encontro com você, em sua potência transformadora, mudou o curso do rio, me abriu a outras formas de pensar, “a trocar os pés pelas mãos”, como cantamos nas rodas de capoeira. E não foi à toa que lembrei desse encontro bem agora, anos depois!

## **SOBRE O ENCONTRO COM MORENA E SUA REDE**

Foi a partir dos encontros e desencontros com outra bebê e a rede de pessoas e equipamentos ligada a ela que me deu vontade de escrever para você. É uma tentativa de colocar vocês duas para conversar, acreditando na potência desse encontro entre vocês, com tudo aquilo que vocês possam ter de comum e de diferença.

Vou contextualizar um pouco para você entender quem são Morena e Mirna. Ao longo da carta, vou costurando algum sentido pra esse desejo de fazer vocês duas se encontrarem.

Fui apresentada à Morena pela mãe dela, Mirna, quando ainda era bem miudinha, por ter vindo ao mundo com trinta semanas de gravidez – apressada, como falavam. Independentemente da forma como Morena e mesmo os outros serviços da rede institucional possam se endereçar a Mirna, aqui a chamo de mãe, porque Mirna reivindica esse lugar. Então, assim a considero, dentre tantas outras coisas: também, mãe. E assim a nomeio para você. Lembro de Mirna mostrar “Momo” como quem mostra um grande tesouro, com o sorriso largo misturado às expressões de cansaço e medo. O cansaço “meio padrão” de quem vive a montanha-russa de afetos e trampos que é cuidar de um bebê recém-nascido num contexto em que a comunidade se faz esgarçada. Há um medo “meio padrão” de quem vive a montanha-russa de tensão e ansiedade que é se aproximar, a cada dia, do momento da separação da(do) filha(o) ainda bebê, imposta pelo sistema prisional. Sim, quando nos conhecemos, a mãe de Momo estava presa. Escrevo “meio padrão” intencionalmente, Rita, para fazer caber aquelas que não sentem medo e que, frente à separação, produzem outros afetos.

---

<sup>38</sup> Essa pergunta surgiu após a leitura desse trecho, que está no livro *Mil Platôs 3*: “Parece que as sociedades modernas promoveram a segmentaridade dual ao nível de uma organização suficiente. A questão, portanto, não é saber se as mulheres ou os de baixo têm um estatuto melhor ou pior, mas de que tipo de organização tal estatuto decorre” (Deleuze & Guattari, 2014, p. 94).

Escrevo a partir da inquietação acerca das narrativas que a história de Morena produziu. Porque uma parte dessa história está sendo escrita por várias mãos, que produzem relatórios técnicos encaminhados para juízes que decidem o futuro. Eu não deixo de ser uma dessas mãos adultas que compõem a chamada rede em que Momo e sua mãe estão inseridas, embora meu lugar de poder seja diferente daquele de uma juíza ou mesmo de uma técnica de serviço vinculado à prefeitura. Sou voluntária de um projeto social que faz um trabalho dentro da penitenciária; a partir desse lugar, começamos a acompanhar o processo de separação de Momo e Mirna. Depois que entrei no mestrado, costuro essa experiência a partir do lugar de pesquisadora, revisitando minhas anotações e reinventando minhas ações.

Sabe, Rita, fui percebendo que, no meio de tantos adultos que compõem o sistema de garantia de direitos,<sup>39</sup> fui sentindo Momo cada vez mais distante desse emaranhado institucional que (não) se faz rede.

Hoje, temos a ideia de primeira infância como prioridade absoluta (Brasil, 1988),<sup>40</sup> o que não significa que bebês sejam prioridade ou respeitados dentro de seus lugares singulares na relação com os(as) outros(as). Um exemplo mais concreto: nos causa angústia pensar um bebê em situação de rua ou preso com sua mãe. No geral, o pensamento do senso comum é que esse bebê deve ser protegido desse contexto e, logo, afastado de sua mãe. O risco é termos certeza do que é o melhor para o bebê, desconsiderarmos o lugar que ele ocupa enquanto desejo de sua mãe e o colocarmos em uma rede de pertencimento que não necessariamente condiz com o projeto de futuro que vem sendo desenhado para a primeira infância. Sobretudo, quando esse projeto dicotomiza o direito das mães e o direito das crianças, tendo como argumento o melhor interesse da criança (Gomes, 2017; Defensoria, 2020). Na prática, Rita, seguimos acolhendo bebês, crianças e adolescentes com a justificativa da pobreza no pano de fundo. Mas aqui a pobreza tem cor.

O bebê-acolhido-em-serviço-de-acolhimento-separado-da-sua-família é fruto de um processo histórico, fruto de relações. Não são todos iguais, assim como a história não (n)os define, embora (n)os constitua de modo tão visceral. Aqui, Rita, temos dois modos de encarar esses processos históricos, que parecem opostos, mas que são igualmente violentos. O universalismo, que rouba a experiência

---

<sup>39</sup> O Sistema de Direitos da Criança e do Adolescente articula instituições do poder público para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

<sup>40</sup> Conforme o artigo 227 da Constituição de 88: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988).

singular de vocês, explicando todos e todas como pessoas fixadas no lugar de “bebê institucionalizado”, abafando a singularidade inerente de qualquer relação, inclusive das relações com e na rede institucional que se enoda ao redor do bebê. E o polo oposto, individualizar obliterando as relações de saber e poder que nos constituem. Mas há um terceiro caminho que chamamos de singularidade, um jeito de estar no mundo que tem a ver com uma difícil matemática entre o universal e o individual, mas que possibilita o diálogo e as trocas.

Você percorreu fluxos parecidos com os de Momo, Rita, mas, diferentemente dela, a experiência do cárcere não marcou sua trajetória. Hoje, Morena tem 1 ano e 8 meses e mora num Serviço de Acolhimento parecido com o que você viveu. Ela chegou com sete meses<sup>41</sup> e, rapidamente, virou a caçulinha e o xodó da casa. As crianças de lá ficavam curiosas, querendo saber se eu era mãe, tia ou o quê da Morena. Segundo a mãe da Momo, eu sou sua “amiga-psicóloga”. Aceitei esse lugar circunscrito por ela nas cartas que trocamos durante a pandemia e também nos nossos encontros, quando o contato físico era possibilidade, e que agora se tornaram virtuais. Ao longo do primeiro ano de acolhimento, duas assistentes sociais e duas ou três psicólogas trabalharam no Serviço. Bastante rotatividade de profissionais. Esse dado é importante: imagina como é para as crianças que moram há anos no abrigo sem saber quem estará lá no dia seguinte e por que quem estava não voltou? É muito difícil se lançar a uma nova relação quando parece que ela tem tudo pra acabar logo e sem aviso.

Essa casa em que Momo mora tem nome, fica perto de um metrô e é rodeada de casas nobres, perto da penitenciária onde ela passou os primeiros meses de vida com a mãe dela. Naquele tempo, ela saía raramente para ir no “postinho” (Unidade Básica de Saúde (UBS)), acompanhada de alguma agente penitenciária. Mirna faltava comer os dedos de ansiedade esperando a filha voltar, querendo saber com minúcias as orientações médicas. Muitas vezes, mulheres como Mirna são chamadas de genitoras, puérperas, reeducandas. Esses termos despersonificam um tanto o ser que habita a tal da genitora, da puérpera, e parece também que eles negam o lugar de mãe que muitas reivindicam.

Existem mulheres que lutam para não terem a experiência da maternidade como central em suas vidas, querem trabalhar e sair de casa. Muitas vezes, essas mulheres falam como se a maternidade fosse imposta a todas. E nesse “todas” não cabe Mirna. E, por não caber Mirna, fica difícil caber alguém nesse todas. Já

---

<sup>41</sup> Na realidade aqui de São Paulo, as mulheres mães que estão presas com seus bebês devem entregá-los quando eles completam 6 meses. A Lei de Execução Penal, de 1984, diz que o mínimo são 6 meses, nesse caso o mínimo é interpretado como o máximo.



escrevi para você que são as relações que criam também o que somos; a mulher que tem a maternidade negada é construída na relação com aquela que tem a maternidade imposta. Lutar pelo fim da maternidade imposta sem considerar aquelas que são negadas desconsidera a relação intrínseca entre ambas. Uma só existe por conta da outra.

Sabe a frase que coloquei no começo da carta, da Conceição Evaristo? É de um conto que se chama “Quantos filhos Natalina teve”, que está no livro *Olhos d’água*, mas você pode escutar pelo *Spotify* também, é de arrepiar! Quando li a primeira vez, lembrei de Mirna, logo nessa primeira frase que abre o conto: “Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu.” (Evaristo, 2016, p. 43).

Mirna teve oito filhos (a oitava é Momo). Os outros, ela sonha (re)encontrar. Tem muito sofrimento de não saber ao certo o que aconteceu com os(as) filhos(as), de perceber que a vida fez dela dor e a dor fez dela cacos e os cacos fizeram dela vergonha. Mirna se culpa por não ter conseguido ser mãe. Quando ela tinha 10 ou 11 anos, nasceu seu primeiro bebê, também apressado, tanto que ficou vários dias no hospital e ali foi adotado por uma médica. Não teve muito jeito de deixarem o bebê com a mãe, que era ainda criança. Depois desse, vieram outros e outras, que foram se espalhando pelo mundo repetindo uma história que se fez a partir da ruptura; por isso a dificuldade dela em fazer uma narrativa linear. Sabe que é um desafio quase impossível achar filho e filha perdidos? Aqui no Brasil, adoção é coisa de segredo; depois que acontece, é praticamente impossível saber o paradeiro da criança (esse seria um bom papo para a gente ter algum dia).

Comecei te escrevendo sobre meu encontro com você, que me fez pensar os bebês no mundo. Foram os bebês e as crianças que me mostraram que suas histórias estão entrelaçadas às histórias de suas mães. Os encaminhamentos de bebês a instituições estão enodados na retirada dos bebês de suas mães. Te escrevo, Rita, isso que parece ser óbvio porque foi produzida, no nosso tempo histórico, certa dicotomia na forma de pensar os bebês e suas mães, sobretudo na área da garantia de direitos. No abrigo em que você morava, por exemplo, as visitas das mães causavam tensões diversas, desestabilizavam a rotina e faziam pulsar o imaginário de todas nós. Restringir visitas, não potencializar as famílias de origem, constituídas também pelas mães, e sustentar a premissa de que os bebês estariam mais seguros longe delas era também mecanismo de defesa frente a essa inundação de afetos que surgem quando nos deparamos com mães e bebês em seu entrelaçamento que lhes é constitutivo.

Há certa disputa entre os direitos dos bebês e os direitos das mães, o que constitui problemática central, dado que vivem em relação. A história da separação de mães e bebês se deu muito forte no período colonial, marcado pela escravização dos corpos de mães e bebês negros e suas famílias. Essa história ajuda a entender como hoje funciona a rede institucional que atua nas situações de separação dessas duplas e dá pistas de direções para transformar essa engrenagem violenta e desumana. Na sociedade em que a gente vive, habita certa imagem da mulher-mãe-que-amamenta-e-ama-naturalmente seu bebê, como se fosse algo atemporal, universal e uma essência. No período colonial, quem amamentava os bebês brancos eram as amas de leite, mulheres negras que precisavam fazer isso muitas vezes, em detrimento dos seus bebês (negros ou miscigenados, a partir do estupro). Os bebês negros sofriam com a falta de leite e pela ingestão de alimentos muito pesados, pois suas mães precisavam alimentar os bebês brancos. As mulheres brancas, aqui no Brasil, não eram incentivadas a amamentar seus bebês até fim do século XIX, porque o leite delas era considerado fraco. As mulheres negras sofriam mais porque eram ditas mais fortes. A mulher com leite fraco é produzida e produz a mulher com leite forte.

O que a gente vê são atualizações dessa história, Rita. A gente as vê no contexto prisional, que separa os laços entre as pessoas. O sistema prisional também corporifica um complexo industrial prisional (Davis, 2018) – pouca gente lucra MUITO com o aprisionamento de pessoas dentro dessa indústria que é a prisão. Quero dizer com tudo isso que a separação de mães e bebês, do período colonial até hoje, é parte do sistema capitalista que só conseguiu se expandir por essas bandas a partir do racismo que justifica a escravização e, hoje, o encarceramento em massa de pessoas negras. Nesse contexto colonial, sempre se lucrou com a desumanização de alguns.

Continuando a história... Um pouco mais tarde, o leite da mulher negra escravizada, que antes era aquele leite forte, passou a ser tido como transmissor de doenças para os bebês brancos. Daí a amamentação virou um dever sagrado da mulher branca – como se fosse sua essência. Nesse tempo, bebês negros eram deixados por mães que não tinham condições de cuidar de seus filhos em um lugar que se chamava “rodas dos expostos”. Esse era um tempo em que o Brasil fez a Lei do Ventre Livre,<sup>42</sup> que concedia liberdade aos filhos e às filhas das

---

<sup>42</sup> “Nas décadas de 1870 e 1880, os documentos produzidos pela Santa Casa da Misericórdia indicaram que um dos efeitos da Lei do Ventre Livre, que determinava a libertação das filhas e filhos das escravas, foi o aumento do abandono de bebês negros na roda dos expostos. Ao limitar o direito de escravização sobre a prole das cativas, a lei teria causado um desinteresse dos senhores no dispêndio de cuidados com os bebês, uma vez que as mães poderiam ser alugadas

mulheres escravizadas – sem que a liberdade se estendesse para suas mães – e que produziu outro ciclo de separação marcado pela institucionalização: bebês passaram a ser cuidados pelas igrejas. Ainda hoje, muitos serviços de acolhimento são administrados por organizações religiosas, sobretudo cristãs.

No abrigo em que Momo viveu, foram as próprias crianças que mostraram que a caçulinha da casa era enredada na história de sua mãe. Teve um dia em que três meninas, empolgadas, me contaram uma novidade: “você viu que linda a boneca que a mãe da Morena deu para ela? Ela dorme sempre com ela!”. Mirna tinha juntado dinheiro de seu trabalho e comprado uma boneca de pano para a filha como presente de dia das crianças. Eu estava com ela quando uma agente da penitenciária falou que ela tinha pagado muito caro naquela boneca e que o melhor teria sido guardar o dinheiro. Mirna falou que tinha sido informada que só poderia mandar o presente se o Serviço de Acolhimento autorizasse. A necessidade de uma ligação para avisar que, na próxima visita, Mirna entregaria um presente para a filha, transformou-se em “autorização”, que reverberou no corpo de Mirna como possível negativa. Ficou ansiosa por alguns dias; depois, aliviada por poder entregar o tão investido presente para sua bebê. Encontrar Momo no bercinho com aquela boneca me inundou de alegria; tirei uma foto e a entreguei para Mirna. Aquela imagem simbolizou uma pequena vitória!

**Figura 1** – Bordado inspirado na foto que tirei de Momo com a boneca que ganhou da mamãe.



Fonte: acervo pessoal.

---

como amas, e por um valor mais elevado; isso, se fossem contratadas sem seus próprios filhos” (Telles, 2010, p. 103).

## **SOBRE SEU ENCONTRO COM MOMO E MIRNA, RITA**

Mirna escutava atenta as orientações depois que Morena passou a fazer fisioterapia mensal para estimular a movimentação das pernas, já que nasceu prematura e bem pequena. Nunca foi permitido que mãe e filha fossem juntas às consultas por conta da falta de escolta. Mulheres que conseguem acompanhar seus filhos ou filhas em internações médicas são exceção.

Fazíamos grupos terapêuticos dentro da ala materna infantil quando Mirna estava presa junto com Morena. Mirna deu toda a energia que tinha dentro de si para alimentar Morena e tentar ler cada sinal que ela dava. Será que é sono? Será que é fome? Ela, ligeira, não contava das suas inseguranças para a equipe da penitenciária, porque falar das inseguranças poderia expor certa fragilidade num sistema que já a via como alguém que (só) falha. Isso tem a ver com uma ideia velha de que a boa mãe é aquela que sabe tudo sobre seu bebê – assim, como num passe de mágica! Quem trabalha com qualquer maternidade sabe que não é bem assim: não se sabe as coisas de antemão, ser mãe se cria e se constitui na relação com o(a) filho(a).

Morena ficava no grupo com sua mãe, que fez do corpo dela morada segura para se lançar a novas relações enquanto se desdobrava trabalhando para as outras mulheres presas, limpando as coisas delas em troca de itens de higiene e comida. Morena foi a oitava filha de Mirna. Ela dizia que com nenhum filho tinha conseguido conquistar a relação que tinha com Momo. Ela se culpava muito. Parece que o mundo fez dela culpa.

Eis que um emaranhado institucional cheio das suas complexidades me fez perceber que Morena não estava no centro das inquietações de tantos adultos que a rodeavam. Aliás, estava! Mas de um jeito que me causou essa sensação de achar que não estava, por não ser a partir da singularidade da relação construída com sua mãe. Na penitenciária, acabei caindo no lugar (visto como negativo) de alguém que “defende Mirna”, ao ir contra a ideia de que era o caso de colocar Momo para adoção por conta da biografia de sua mãe.

Depois que Momo foi para o abrigo, Mirna queria saber do ar que Morena respirava, o que ela comia, como se movimentava, de que brincava, e foi um desafio saber desses detalhes tão importantes. Mirna era só saudades. Saudades do passado com Momo, saudades do futuro que ela aguardava chegar. Ela me escreveu isso ao ler um poema que chamava “Vozes Mulheres”, também da Conceição Evaristo. Vou escrever esse poema para você ler no final da carta.

A partir de questionamentos que surgiram nos encontros com a rede de atendimento de Morena, decidi endereçar a você esta carta-capítulo. Escutei de alguns que aquela mãe tinha um “histórico desfavorável”, não fazendo caber a produção pública dessa história e a singularidade da relação construída com aquela oitava filha. O histórico desfavorável vem como identidade que fixa as pessoas. Aos olhos dos outros, Mirna fica presa nisso que a adjetiva como “histórico desfavorável”, ao passo que sua bebê, Momo, também é destituída de uma história de afeto construída ao longo da gestação e do período em que ficaram juntas na penitenciária. Mas as crianças dão um giro nessa história! Elas se afetam com a singularidade da relação, dão valor à tão investida boneca comprada pela mãe.

Por enquanto paro por aqui, Rita. Quis, nesta carta, compartilhar com você algumas reflexões sobre o lugar que (alguns) bebês ocupam na nossa sociedade e como esse lugar faz parte da mesma engrenagem que produz mães-que-não-podem-ser-mães. Principalmente, quis te escrever para compartilhar que habitar esse campo, a partir do meu lugar de pesquisadora, reverbera emoções que produzem esses pensamentos que divido com você. Seguimos como ponto de interrogação, disputando com argumentos que deslegitimam que essa dupla se constitua como mãe e filha. Que possamos negar, em movimento afirmativo, perguntas que nos levam a falsos problemas. Questionar se Mirna pode ser mãe de Momo não parece nos levar a um bom caminho, porque essa questão individualiza as mazelas sociais, culpabiliza e deixa de fora toda a engrenagem que produz essa pergunta.<sup>43</sup> Fiquemos, Rita, com a imagem do nosso encontro corpo a corpo, que produziu em mim afetações que até hoje me fazem alargar as linhas que me contornam. Encontros que transbordam o pensamento dual e o ramificam. Pra você, desejo esses bons encontros, aqueles que te fortaleçam como mulher forte! E ser forte não por conta de uma romantização de toda história – que a força em você se constituía nas relações que você estabelecer. “E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto da minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver” (Evaristo, 2016, p. 8).

## REFERÊNCIAS

Bergson, H. (2005). As direções divergentes da evolução da vida. Torpor, inteligência, instinto. In H. Bergson. *A evolução criadora* (pp. 106-201). São Paulo, SP: Martins Fontes.

---

<sup>43</sup> “um problema tem sempre a solução que merece segundo as condições que o determinam enquanto problema” (Deleuze, 1998, p. 57, citado por Machado, 2017, p. 39).

Constituição Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp).

Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?* (2. ed., M. Vargas, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Difel.

De Hoje a Oito [Audio Podcast]. (2018). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3kwO7wvBiqm37mNsEyoH4c?si=2PylpAEITgGW7fiIRq1CDA>.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos & Núcleo Especializado da Infância e Juventude. (2020). *Maternidades e vulnerabilidades. Efetivando os direitos e fortalecendo a rede de proteção de mães e bebês*. São Paulo, SP: [s.n.]. Disponível em: [https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/41/Cartilha\\_Maternidade\\_e\\_Vulnerabilidades\\_vers%C3%A3o%20final%202020.pdf](https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/41/Cartilha_Maternidade_e_Vulnerabilidades_vers%C3%A3o%20final%202020.pdf).

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (v. 3). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.

Evaristo, C. (2015). *Olhos d'água*. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2015.

Evaristo, C. (2016). *Insubmissas lágrimas de mulheres*. (2. ed). Rio de Janeiro, RJ: Malê.

Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro, RJ: Malê.

Gomes, J. D. G. (Coord.). (2017). *Primeira infância e maternidade nas ruas de São Paulo*. São Paulo, SP: Lampião.

Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm).

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

Machado, A. M. (2017). A experiência sensível e a constituição do problema em um trabalho de intervenção. In A. M. Machado. *Concepções e proposições em Psicologia e Educação: a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Blucher. doi:10.5151/9788580392906-01.

Passos, R. G. (2018). *Holocausto ou navio negreiro? Inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira*. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>.

Rosemberg, F. (2014, setembro). Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. *Cad. Pesqui.*, 44(153), pp. 742-759. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300013&lng=en&nrm=iso).

Rosemberg, F. (2015). A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras. In Finco, D., Gobbi, M. & Faria, A. L. G. (Org.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica.

Telles, L. F. S. (2018). “Amas de leite”. In *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Schwartz, L. M. & Gomes F. S. (Orgs.) São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Unesco, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome & Conselho Nacional de Assistência Social (2. ed., 18 de junho de 2009). *Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: [s.n.]. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf).

